

Por Antonio Penteado Mendonça



Em meio ao drama dos mais de seiscentos mil brasileiros que a pandemia vai matar até o final do ano tem uma notícia boa. A telemedicina, que até a chegada da Covid19 enfrentava sérias resistências, com o coronavírus encontrou o caminho para seu uso e tem sido intensamente aplicada, com resultados francamente positivos ao longo de mais de um ano e meio.

Ainda falta explicar muita coisa para o país entender o que de fato aconteceu, mas o quadro levantado pela CPI da Covid é negro e não aponta na direção das boas práticas de gestão e governança. Ao contrário, todos os dias surgem provas incontestáveis da má gestão da coisa pública em favor do ganho individual de meia dúzia de cidadãos em postos-chave no Ministério da Saúde.

Ainda falta a pandemia ser efetivamente controlada, o que só vai acontecer quando mais de metade da população for efetivamente imunizada com a aplicação da segunda dose da vacina, o que ainda está distante de acontecer.

Ainda falta a variante Delta ser melhor compreendida e seus efeitos cientificamente analisados para que os outros estados da Federação não passem a situação dramática que atinge o Rio de Janeiro, onde as UTI's estão lotadas e as ambulâncias fazem filas para dar entrada nos pacientes.

Falta, principalmente, o brasileiro se convencer de que mil mortos por dia é uma conta insuportável e que, se ele não respeitar as medidas de proteção e higiene preconizadas pelos especialistas, a situação tende a se manter indefinidamente, com um número indecente de óbitos enlutando milhares de famílias.

Falta ainda muita coisa, inclusive o Ministério da Saúde entregar as vacinas e seringas necessárias ao combate da pandemia para todos os estados brasileiros.

Mas se há um lado francamente ruim, há outro francamente positivo. A primeira notícia boa é que, ainda que com um atraso injustificável, a vacinação avança e mais da metade da população já recebeu a primeira dose. A segunda, extrapola a pandemia e abre caminho para um salto de qualidade na rotina da assistência à saúde nacional.

O emprego da telemedicina é uma revolução que não pode mais ser contida, nem deve ser questionada. Ao contrário, os ganhos apresentados exigem a sua aplicação intensiva e seu uso deve ser incentivado, inclusive com ações concretas para dotar os hospitais e clínicas nacionais com os equipamentos necessários para o seu uso.

A telemedicina é o remédio mais eficiente para combater a escassez de verbas destinadas à saúde. Através de sua utilização é possível a redução significativa dos custos do SUS e dos planos de

saúde privados no atendimento da população. É verdade, nem todos os procedimentos podem ser feitos através dela, mas um número importante de consultas pode ser feito à distância, reduzindo o tempo, a ocupação dos hospitais, os custos de funcionamento das instalações e, principalmente, as filas e adiamentos que castigam, quando não matam, milhares de pessoas todos os anos.

Mas a telemedicina vai além. Através dela é possível prestar socorro a um paciente numa área remota do território nacional, seja através de consultas à distância, que evitam a necessidade da sua locomoção, seja através do suporte para cirurgias, inclusive as mais complexas, que sem a assistência de um especialista não poderiam ser realizadas no local.

A população brasileira ganhou um presente importante. Nada que compense as centenas de milhares de mortes causadas pela Covid19, mas suficiente para dar a esperança de que o SUS e os planos de saúde privados possam fazer um uso mais racional de seu recursos, otimizando a cadeia de atendimento médico-hospitalar e, conseqüentemente, economizando para fazer frente a situações que atualmente são invariavelmente fatais ou que elevam o grau de judicialização da medicina, com tudo de injusto que isto traz, atingindo justamente as camadas mais carentes, que não têm condições de se valer dessa ferramenta para reivindicar seus direitos.

O controle da pandemia não pode servir para darmos macha-ré. O uso da telemedicina deve ser cada vez mais difundido.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 20.09.2021.